

EULER HERMES SEGUROS S.A.

CNPJ 04.573.811/0001-32



Allianz Trade

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer dos auditores atuariais independentes e do relatório do comitê de auditoria. A partir de 28 de março de 2022, como parte da estratégia global de desenvolvimento, a Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz desde 2018, passou a comercializar seus produtos e serviços utilizando a marca "Allianz Trade", reforçando ainda mais a robustez e a reputação junto ao mercado segurador brasileiro. O volume de negócios da Companhia atingiu R\$ 310,0 milhões em prêmios emitidos no período, 48,6% superior aos R\$ 208,5 milhões auferidos no mesmo período do ano anterior. A Companhia implementou iniciativas com foco em geração de novos negócios e retenção de seus clientes, tais como: (i) desenvolvimento de novos produtos, (ii) reforço da marca e de canais de distribuição e (iii) proximidade contínua dos clientes e corretores, oferecendo soluções diferenciadas e serviços de alto nível. Em 2023, a Companhia registrou aumento substancial na sinistralidade do período decorrente de

uma única perda proveniente da recuperação judicial de uma importante empresa do setor de varejo, que impactou o mercado de seguro de crédito como um todo. No entanto, dada a estrutura robusta de resseguro mantida pela Companhia, as perdas líquidas geradas pelo referido sinistro ficaram na ordem de R\$ 1,2 milhões. Por outro lado, a excelente *performance* comercial, a gestão rígida sobre os custos e despesas, com melhorias contínuas em termos de eficiência e produtividade, e a taxa de juros (SELIC) ainda em patamares altos, que impactou positivamente a carteira de investimentos da Companhia, contribuíram para alcançarmos o resultado esperado para o exercício. Em consequência, o lucro líquido do período no valor de R\$ 8,8 milhões teve um incremento de 23,9% se comparado ao mesmo período do ano anterior no valor de R\$ 7,1 milhões. A Companhia permanece focada em sua estratégia de crescimento e desenvolvimento no mercado segurador brasileiro, oferecendo novas soluções ao setor por meio de produtos e iniciativas digitais, bem como buscando maior proximidade com clientes e corretores. A Companhia adota política rígida de aceitação de riscos (*underwriting*), evidando esforços na manutenção e no monitoramento da exposição de riscos, com o intuito de proteger seus segurados e a

própria solvência. A Companhia segue uma política conservadora e prudente para os seus investimentos, alinhada aos preceitos regulatórios. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. As políticas de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos seguem as diretrizes advindas do acionista, que determinam a alocação do lucro no próprio negócio. A Companhia monitora constantemente o nível de seu patrimônio líquido com vistas a garantir a manutenção do capital mínimo requerido. A Companhia apoia a iniciativa de colaboradores do Grupo Allianz que mantém associação benéfica visando proporcionar oportunidades de crescimento pessoal e social à crianças e adolescentes em condições de baixa renda. Agradecemos a confiança de nossos acionistas, a parceria estabelecida com corretores, prestadores e resseguradores, a atenção e orientações prestadas pelos reguladores e, a dedicação, o profissionalismo e o comprometimento de nossos colaboradores. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024. **A ADMINISTRAÇÃO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022		Passivo	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
Circulante		578.964	325.851			Circulante		598.723	322.398		
Disponível		13.491	19.018			Contas a pagar		12.884	9.794		
Caixa e bancos		13.491	19.018			Obrigações a pagar		3.981	3.696		
Aplicações	5	116.465	50.324			Impostos e encargos sociais a recolher		6.552	4.117		
Créditos das operações com seguros e resseguros		220.030	151.963			Encargos trabalhistas		1.746	1.469		
Prêmios a receber	6(a)	207.478	136.387			Impostos e contribuições	14(b)	605	512		
Operações com seguradoras		1.673	621			Débitos de operações com seguros e resseguros		258.041	142.084		
Operações com resseguradoras	7	10.879	14.955			Premios a restituir		319	857		
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	210.089	93.181			Operações com seguradoras		6.726	1.794		
Títulos e créditos a receber		489	470			Operações com resseguradoras	10(a)	218.919	123.221		
Títulos e créditos a receber		30	60			Corretores de seguros	10(b)	32.057	16.209		
Créditos tributários e previdenciários	14(a)	407	407			Outros débitos operacionais		20	3		
Outros créditos		52	3			Depósitos de terceiros		11	185		
Despesas antecipadas		38	40			Provisões técnicas - seguros		12(b)	327.240	169.946	
Custos de aquisição diferidos	8	18.362	10.855			Danos		327.240	169.946		
Seguros		18.362	10.855			Outros débitos		13	373		
Ativo não circulante		165.573	139.273			Arrendamentos		373	301		
Realizável a longo prazo		164.905	138.741			Passivo não circulante		90.598	95.227		
Aplicações	5	60.751	44.556			Contas a pagar		859	343		
Créditos das operações com seguros e resseguros		32.850	26.427			Tributos diferidos		859	343		
Prêmios a receber	6(a)	32.144	25.900			Débitos de operações com seguros e resseguros		13.990	26.171		
Operações com seguradoras		706	527			Operações com seguradoras		4.103	4.311		
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7 e 12(a)	50.911	55.673			Operações com resseguradoras	10(a)	5.280	17.126		
Títulos e créditos a receber		28	4			Corretores de seguros	10(b)	4.607	4.734		
Créditos tributários e previdenciários	14(a)	28	4			Provisões técnicas - seguros		12(b)	74.413	68.503	
Outros valores e bens	8	1.728	511			Danos		74.413	68.503		
Custos de aquisição diferidos	8	18.637	11.570			Outros débitos		13	1.336		
Seguros		18.637	11.570			Arrendamentos		1.336	210		
Imobilizado	9(a)	455	276			Patrimônio líquido		15	55.216	47.499	
Bens móveis		455	276			Capital social		58.445	58.445		
Intangível	9(b)	213	256			Ajustes com títulos e valores mobiliários		218	196		
Sistemas em desenvolvimento		213	256			Prejuízos acumulados		(3.447)	(11.142)		
Total do ativo		744.537	465.124			Total do passivo e patrimônio líquido		744.537	465.124		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em milhares de reais

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos líquidos	17(a)	309.739	208.547
Varição das provisões técnicas	17(b)	(70.988)	(12.229)
Prêmios ganhos		238.751	196.318
Sinistros ocorridos	17(c)	(224.284)	(103.223)
Custo de aquisição	17(d)	(28.660)	(24.281)
Outras receitas e despesas operacionais	17(e)	(782)	181
Resultado com resseguro		56.511	(39.421)
Receita com resseguro	17(f)	190.540	86.201
Despesa com resseguro	17(g)	(134.029)	(125.622)
Despesas administrativas	17(h)	(29.792)	(23.046)
Despesas com tributos	17(i)	(5.221)	(4.106)
Resultado financeiro	17(j,k)	11.541	8.588
Resultado operacional		18.064	11.010
Resultado antes das participações		18.064	11.010
Ganhos e perdas com ativos não correntes		23	2
Resultado antes dos impostos e participações		18.087	11.012
Imposto de renda	14(c)	(4.975)	(1.651)
Contribuição social	14(c)	(3.000)	(1.005)
Participações sobre o resultado		(1.299)	(1.247)
Lucro líquido do exercício		8.813	7.108
Quantidade de ações no final do exercício	15(a)	126.872.645	126.872.645
Lucro Líquido por ação		0,07	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	8.813	7.108
Varição líquida no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(37)	326
Efeitos tributários	15	(130)
Resultados abrangentes atribuíveis aos acionistas controladores	8.791	7.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em milhares de reais

	Capital Social	Ajuste TVM	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de dezembro de 2021	58.445	71	(18.250)	40.266
Títulos e valores mobiliários	-	125	-	125
Lucro líquido do exercício	-	-	7.108	7.108
Em 31 de dezembro de 2022	58.445	196	(11.142)	47.499
Ajuste de exercícios anteriores	2(e)	-	(1.118)	(1.118)
Títulos e valores mobiliários	-	22	-	22
Lucro líquido do exercício	-	-	8.813	8.813
Em 31 de dezembro de 2023	58.445	218	(3.447)	55.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado, controlada no Brasil pela Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. A estrutura societária do Brasil está sob responsabilidade da Euler Hermes Luxembourg Holding S.A.R.L., situada em Luxemburgo, que, por sua vez, é detida 55,22% pela Euler Hermes S.A., entidade localizada na Bélgica, e 44,78% pela Euler Hermes North America Holding, Inc, situada nos Estados Unidos, subsidiárias integrais da Euler Hermes Group SAS (França). A Euler Hermes é líder mundial no segmento de seguros de crédito, sendo subsidiária integral do Grupo Allianz, um dos maiores grupos seguradores do mundo. Seu controlador em última instância é a Allianz SE, situada na Alemanha. A partir de 28 de março de 2022, como parte da estratégia global de desenvolvimento, a Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz desde 2018, passou a comercializar seus produtos e serviços utilizando a marca "Allianz Trade", reforçando ainda mais a força e a reputação junto ao mercado segurador brasileiro. A Companhia, com sede em São Paulo, situada à Rua Eugênio de Medeiros, 303 - 4º andar, atua em todo o território nacional, oferecendo cobertura para os ramos de seguros de crédito, doméstico e à exportação, e garantia pública e privada. A autorização para a divulgação destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2024.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. Na elaboração das demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação da Circular SUSEP nº 648/2021, alterada pela Circular SUSEP nº 678/2022, em conjunto com as orientações contidas no Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis ao Mercado Segurador, sendo apresentadas seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1), além das instruções contidas na Resolução CNSP nº 432/2021, com as disposições previstas para as provisões técnicas, capitais de risco, patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido, em conjunto com o Manual de Orientações Sobre Provisões Técnicas e o Manual de Orientações Sobre Redutores da Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas por Ativos Garantidores. **b) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas sob o regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros que são mensurados ao valor justo para as categorias "valor justo por meio do resultado" e "valor justo por meio do resultado abrangente". **c) Moeda funcional:** A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real. Exceto quando mencionado, os valores estão apresentados em milhares de Reais, arredondados pela casa decimal mais próxima. **d) Estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) as informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 5 - Aplicações (mensuração ao valor justo); • Nota 6 - Prêmios a receber (Redução ao valor recuperável); • Nota 12 - Provisões técnicas - seguros (cálculos atuariais); • Nota 13 - Arrendamentos; • Provisões Judiciais (se houver). **e) Ajuste de cálculo de imposto:** A Companhia identificou a necessidade de ajuste no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, devido à compensação de Prejuízo Fiscal superior ao limite de 30% do lucro tributável permitido. Consequentemente a apuração e recolhimento de tributos foram apresentados a menor no montante de R\$ 1.118, existindo a necessidade do recolhimento complementar, com juros e multa após análise. O balanço patrimonial e a demonstração de resultado com os efeitos do ajuste ficam assim representados, assim como teriam impactos correspondentes na demonstração do valor adicionado:

	Saldo original	Ajustes	Saldo ajustado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022			
Passivo circulante	322.938	1.118	324.056
Patrimônio líquido	47.499	(1.118)	46.381
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Saldo original	Ajustes	Saldo ajustado
Multas e juros	75	156	231
Imposto de renda	1.651	730	2.381
Contribuição Social	1.005	232	1.237
Lucro Líquido do Exercício (DRE)	7.108	(1.118)	5.990
Lucro do resultado abrangente (DRA)	7.304	(1.118)	6.186

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Contratos de seguros: A Administração avaliou que suas operações atendem todas as características de "Contratos de Seguros", de acordo com as determinações previstas no CPC 11 - Contratos de Seguros. As operações de cosseguros aceitos e resseguros também se enquadram na característica de um "Contrato de Seguro", pois se tratam de transferências de riscos de seguro significativo e, portanto, são reconhecidas pelos mesmos critérios das operações de seguros. Os resseguros são contratados com vistas a assegurar o cumprimento do limite de retenção da Companhia e a mitigar perdas expressivas, compartilhando e diversificando o risco abrangido pelo contrato de seguro. Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de seguros são apresentados brutos de resseguro e líquidos de cosseguro, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que os contratos de cosseguro e resseguro não eximem a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os prêmios de seguros, os prêmios de cosseguros aceitos e cedidos, os prêmios de resseguros cedidos, e os respectivos custos de aquisição são registrados por ocasião da emissão das apólices e reconhecidos no resultado no transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Os contratos de resseguro não proporcionais (excesso de resultado) são registrados no momento da aceitação do risco por parte do ressegurador e o respectivo prêmio é reconhecido no resultado no decorrer do período de cobertura dos riscos abrangidos pelo referido contrato de resseguro. As operações contratadas, cujo período de risco está em curso, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes mas não emitidos), são registradas por estimativa e segundo critérios descritos no item (h) a seguir. **(b) Caixa e bancos:** Representam numerário disponível em caixa e em contas correntes. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo. São monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "Caixa e bancos". **(c) Instrumentos financeiros:** Compreendem, principalmente, aplicações financeiras e créditos das operações com seguros, cosseguros e resseguros. São classificados conforme segue: **i. Valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos alinhadas ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **i. Valor justo por meio de resultado abrangente:** compreende os ativos financeiros disponíveis para venda, que são ativos não derivativos, e que não tenham sido classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados pelo valor justo, e o ajuste ao valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido, pelo seu valor líquido de efeitos tributários. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **ii. Recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os prêmios a receber que são registrados no grupo "Créditos das operações com seguros e resseguros". **Redução ao valor recuperável:** Os ativos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, são avaliados na data do levantamento das demonstrações financeiras visando apurar eventuais evidências objetivas de perdas destes valores. Essas evidências podem estar relacionadas a atrasos de pagamentos por parte de devedores, dúvida razoável de realização de créditos e declínio significativo ou prolongado do valor justo em relação ao valor de custo de um instrumento patrimonial. A reversão dessas reduções ocorrerá caso haja mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável de um ativo financeiro. Uma provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída de acordo com estudo interno baseado em dados históricos, que representa a melhor estimativa da Administração em relação a possíveis perdas incorridas. O estudo, revisado semestralmente, determina um percentual médio de perdas históricas efetivas que é aplicado sobre as parcelas em atraso de prêmios a receber. **(d) Ativos de resseguros e operações com resseguradoras:** Os ativos de resseguros compreendem: (i) prêmios de resseguros diferidos das apólices, líquidos das respectivas comissões, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura ainda não expirou, e incluem variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira, e também a parcela de resseguro sobre as provisões técnicas constituídas. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado; e (ii) parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores. A Companhia constituiu provisão para risco de crédito pelo valor integral das parcelas de resseguro a recuperar vencidas há mais de 180 dias. **(e) Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou aplicação e são compostos substancialmente por móveis e utensílios, equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros. As depreciações são calculadas e reconhecidas no resultado pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens, baseado em fatores históricos, parâmetros de mercado e obrigações contratuais. O método para definição da vida útil-econômica de um ativo imobilizado é revisto periodicamente e, caso haja constatação de alterações significativas no prazo estimado, as mesmas são reconhecidas. **(f) Ativo intangível:** Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado quando ocorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. **(g) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

continuação

a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. **(h) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), de janeiro a junho de 2022 e 2023 foi de 15%, conforme Lei nº14.183/2021. A Medida Provisória nº 1.115/2022, determina a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie, e 16% (dezesesseis por cento), no caso de pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Em 2022, houve a majoração na alíquota da CSLL, conforme MP 1.115 convertida pela Lei nº 14.446/2022, de 15% para 16% no período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. **(i) Provisões técnicas:** A Companhia constitui suas provisões técnicas em conformidade com as determinações da Resolução CNSP nº 432/2021 e Circular SUSEP nº 648/2021. **• Provisão de prêmios não ganhos - PPNG:** Constituída pelas parcelas de prêmio direto e cosseguro aceito correspondente ao período de risco a decorrer, calculado em bases *pro rata dia*, e inclui estimativa dos riscos vigentes mas não emitidos (RVNE), bem como variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira, decorrente da flutuação da taxa de câmbio entre a data da emissão do risco e a data de levantamento das demonstrações financeiras. A parcela relativa a RVNE é constituída para fazer frente aos riscos provenientes de apólices que, por questões operacionais, ainda não foram formalmente emitidas mas já possuem riscos cobertos pela Companhia. A provisão é mensurada com base em método atuarial que visa a construção de triângulos de desenvolvimento de prêmios, entre as datas de início de vigência dos riscos e de emissão da apólice/endosso. Os valores são alocados aos ramos contábeis, conforme critério definido em Nota Técnica Atuarial (NTA). **• Provisão de sinistros à liquidar (PSL):** Constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do levantamento das demonstrações financeiras. Contempla estimativas para demandas judiciais, registradas segundo política interna, que determina a contabilização de um percentual do valor reclamado em razão da expectativa de perda da causa (Provável: 100%; Possível: 50% e Remoto: 0%), suportado pela opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia. Além disso, contempla variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira e considera estimativas para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER - *Incurred but not enough reported*), apurado pela estimativa da evolução ou desenvolvimento de sinistros avisados e ainda não liquidados, calculado por meio da metodologia de desenvolvimento de sinistros incorridos, utilizando o modelo matemático "triângulo de *run-off*" considerando o período histórico de 24 meses agrupados por trimestres. Os sinistros avisados expostos em moeda estrangeira incluem também a respectiva variação cambial gerada pela flutuação da taxa de câmbio entre a data de registro do sinistro e a data base das demonstrações financeiras. **• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR - *Incurred but not reported*):** Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados. Para os ramos de crédito, o cálculo é realizado com base no método de desenvolvimento de sinistros incorridos que visa estimar os sinistros finais, ou seja, o total de sinistros esperados para um determinado período de ocorrência. Para o cálculo, utilizamos modelo matemático "triângulo de *run-off*" considerando o período histórico de 72 trimestres. O cálculo para os ramos de garantia leva em consideração o método de sinistralidade inicial esperada e o método de Bornhuetter-Ferguson, obtidos com base em dados de sinistros anuais disponibilizados pela SUSEP para o respectivo ramo, padrão de sinistros incorridos dos ramos de crédito e premissas de sinistralidade utilizadas para precificação contidas em nota técnica da carteira do produto. **• Provisão de despesas relacionadas (PDR):** Estabelecida para cobrir despesas esperadas relacionadas a sinistros. Estimada com base na razão histórica entre as despesas diretamente relacionadas aos pagamentos de sinistros e os pagamentos de sinistros líquidos dessas despesas para todo o período de experiência disponível. O percentual apurado é aplicado sobre a provisão de sinistros à liquidar e sobre a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados. **• Teste de adequação de passivos (TAP):** Conforme requerido pelo CPC 11, na data do levantamento das demonstrações financeiras deve ser elaborado o teste de adequação de passivos para todos os contratos em curso na data da execução do teste. Realizado de acordo com a Resolução CNSP nº 432/2021, esse teste visa avaliar a necessidade de eventuais ajustes nas provisões técnicas constituídas nas demonstrações financeiras. Caso haja diferença positiva entre o resultado do TAP e as provisões técnicas constituídas, líquidas dos custos de aquisição diferidos e de ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, tal diferença deverá ser reconhecida nas demonstrações financeiras. A metodologia utilizada compara o valor presente dos passivos atuariais com as provisões técnicas correspondentes a esses passivos para os ramos de crédito interno, crédito à exportação e garantia. Foram adotadas as premissas de sinistros ainda não pagos, sinistros a ocorrer, despesas administrativas, outras receitas e despesas diretamente relacionadas ao contrato, outras receitas e despesas operacionais e ressarcimentos. Os fluxos de caixa em valores nominais foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo de juros livre de risco (ETTV) definidas pela SUSEP. Quando o indexador da obrigação é o dólar americano, a curva de juros adotada é a cambial. O resultado do teste de adequação realizado para as datas-bases de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados nas datas-bases. **(i) Provisões judiciais (não relacionadas a sinistros):** São constituídas provisões pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Ações judiciais classificadas como possível, embora não sejam registradas, serão divulgadas nas Demonstrações Financeiras. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo. As contingências passivas são avaliadas pela Administração de forma individualizada, em conjunto com seus assessores jurídicos externos. **(j) Benefícios aos empregados:** As obrigações com benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas em bases sem desconto e são lançadas como despesa à medida que o serviço inerente ao benefício é prestado. A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores mantido junto à Mapfre Previdência S.A., na modalidade de contribuição definida. O montante reconhecido como despesa nos planos de contribuição definida para funcionários totalizou R\$ 237 (R\$ 106, em 2022). A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. **3.1 Novas normas internacionais:** Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga o dispositivo da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012. A circular dispõe sobre inclusão de novas provisões Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples, serviços de assistência e aprovação dos CPCs 46, 47 e 48 mencionados abaixo, ainda não aplicáveis para o período de 2023, mas que deverão ser aplicados a partir de 1º janeiro de 2024. Importante mencionar que a Companhia não identificou mudanças no estudo atual da RVR de Prêmios a Receber. **• IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração ao valor justo:** estabelece em uma única estrutura para a mensuração do valor justo e estabelece divulgações sobre mensurações do valor justo. Foi aprovado pela SUSEP, através da Circular nº 678/2022, para ser aplicado a partir de 1º de janeiro de 2024. Até o momento da publicação destas demonstrações financeiras a Companhia não identificou impacto significativo. **• IFRS 15 (CPC47) - Receita de contrato com o cliente:** estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. O princípio básico deste pronunciamento consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Foi aprovado pela SUSEP, através da Circular nº 678/2022. Será aplicado a partir de 1º de janeiro de 2024. Até o momento da publicação destas demonstrações financeiras a Companhia não identificou impacto significativo. **• IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros:** estabelece princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários das demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade. Foi referendado pela SUSEP, dentro das determinações da contabilidade local, conforme disposição contida no artigo nº 138. Será aplicado a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia realizou o estudo dos possíveis impactos da adoção da norma e foram identificados como materiais devido à carteira de ativos financeiros ser composta basicamente por títulos públicos ou fundos atrelados a esses papéis. Com relação aos ativos de resseguros a estrutura é basicamente composta por resseguradores, local e eventual, do próprio Grupo Allianz, conforme detalhado na nota 4. Gerenciamento de Riscos. Portanto, após análise não há impacto significativo. **• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro:** O IASB emitiu a IFRS 17, em substituição à IFRS 4 - Contratos de Seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidênciação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm na posição financeira da entidade, desempenho financeiro e fluxos de caixa. O respectivo CPC ainda não foi aprovado pela SUSEP. **3.2 Normativos relativos a tributos:** Em dezembro de 2023, foi aprovada a Reforma Tributária, através da Emenda Constitucional nº 132/2023. A emenda altera, substancialmente, a atual forma de tributação de bens e serviços, substituindo os atuais tributos indiretos pela sistemática do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na modalidade dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação de um imposto seletivo (IS). Ainda estão em andamento discussões e pendência de aprovação de leis complementares. A Companhia acompanha a matéria e também participa da Comissão de Assuntos Fiscais (CAFIS) na Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg).

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz, estrutura seu gerenciamento de riscos corporativos promovendo e disseminando uma cultura interna voltada a gestão de riscos. Tal prática visa proteger a base de capital do Grupo e identificar riscos potenciais, que auxiliam na gestão e tomada de decisões. O processo de gerenciamento de riscos está apoiado na estrutura de controles internos, auditoria interna e *compliance*, e abrange todas as camadas da Companhia. A Companhia comercializa no Brasil somente produtos dos segmentos de crédito e garantia e, portanto, gerencia seus riscos com ênfase nas características específicas desses produtos. Dentro de um contexto de governança corporativa, o gerenciamento dos riscos da Companhia está amparado: (i) por uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Resolução CNSP nº 416/2021, portanto, compatível com a natureza, o porte, a complexidade, o perfil de risco e o modelo de negócio da Companhia. Esta estrutura é liderada pela Diretoria de Controles Internos, estando sob sua responsabilidade a área de Controles Internos, Riscos e *Compliance*, garantindo maior independência e a integração robusta do sistema de gestão de riscos. Esta estrutura assume o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Companhia está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, por meio de um conjunto de metodologias e ferramentas de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Companhia se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar seu perfil de riscos; (ii) pela formalização de normas e políticas internas, que alinham as práticas aos processos e procedimentos definidos pelo Grupo, bem como a requerimentos legais; (iii) por treinamentos aos seus colaboradores, com foco no engajamento às práticas legais e do Grupo; (iv) por constante análise e monitoramento das práticas atuais, visando acompanhar as tendências de desenvolvimento dos negócios e garantir a manutenção do gerenciamento de riscos adotado e, (v) pela constituição de comitês, com objetivos e responsabilidades definidos, conforme seguem: **a) Comitê de gestão:** Formado pela participação da Diretoria local, o comitê de gestão visa discutir semanalmente assuntos relevantes em andamento relativos à estratégia de atuação, evolução e tendência de resultados, cumprimento de políticas e *guidelines* definidos pela Companhia e pelo Grupo, e ações necessárias para manutenção de regras e procedimentos. **b) Comitê de riscos de crédito:** Com periodicidade mensal, os integrantes do departamento de risco de crédito reúnem-se com os principais executivos responsáveis pela função no âmbito da Região Américas para tratar de questões inerentes à subscrição de riscos de crédito. Neste comitê são discutidos critérios utilizados no estabelecimento de crédito aos compradores elencados nas apólices de seguros de crédito e garantia, assegurando-se de que os mesmos estejam alinhados às políticas e aos *guidelines* da Companhia. **c) Comitê de sinistros:** Estabelecido para acompanhar os casos de sinistros em curso, bem como o andamento de cobranças ativas e os impactos dessas ocorrências para o resultado da Companhia. O ponto focal do comitê é discutir tendências de variações da sinistralidade, avaliar casos de sinistros ocorridos fora da curva normal esperada e implementar ações para mitigar o risco de que eventos como estes sejam recorrentes. Este comitê reúne-se mensalmente e é composto por integrantes das áreas de Sinistros, Finanças, Subscrição Comercial e Risco de Crédito. **d) Comitê de Administração:** Formado pelos vice-presidentes responsáveis pela Região Américas e representantes dos acionistas, que em conjunto com a diretoria local, reúnem-se semestralmente para tratar da estratégia do Grupo e de assuntos relevantes que devem ser considerados para questões de gerenciamento de riscos do negócio. Os principais riscos monitorados pela Companhia estão apresentados da seguinte forma: **a) Risco de seguro:** Trata-se de risco significativo transferido por qualquer contrato que exista incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro). Os riscos de seguro são gerenciados sob o suporte de dois pilares principais, sendo eles: políticas de subscrição comercial e políticas de subscrição de risco. Ambos estão amparados por rígidas estruturas, cujos *guides* são fornecidos e praticados pelo Grupo em escala global. O Grupo administra um banco de dados com mais de 40 milhões de empresas cadastradas ao redor do mundo que serve de fundação para aplicação e cumprimento da política de subscrição de riscos. A compilação desses dados fornece uma análise detalhada da situação financeira da empresa analisada e, em conjunto com o cenário macro econômico de seu setor de atuação, permite subscrever riscos comerciais e de crédito com níveis de segurança avançados. A subscrição comercial é regida por políticas operacionais e definição de processos baseados em modelos próprios que levam em consideração características dos seguros de crédito e garantia, experiências históricas e premissas atuariais. **Análise de sensibilidade:** deve demonstrar os principais impactos que podem ser gerados sobre o resultado e o patrimônio líquido da Companhia no caso de variações favoráveis ou desfavoráveis em premissas, e variáveis observadas nos contratos de seguros e de investimentos da Companhia, considerando a característica e o perfil desses contratos. Testes de sensibilidade requerem avaliações e projeções subjetivas que, mesmo amparadas por dados históricos e de mercado, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste de sensibilidade levou em consideração a realização de estresses nos percentuais de acréscimo ou diminuição na ordem de 25% e 50% sobre os sinistros ocorridos no exercício, com o objetivo de verificar o impacto, líquido de efeitos fiscais, no resultado e no patrimônio líquido da Companhia, e os resultados foram positivos conforme abaixo:

Variável	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
	25%	50%	25%	50%
Sinistros	33.643	67.285	25.166	50.332

Política de resseguro: A Companhia tem formalizado uma política de transferência de riscos, conforme previsto pela Resolução CNSP nº 451/2022, em que a cessão de riscos por intermédio de resseguro contempla, substancialmente, os riscos vigentes da carteira de seguro de crédito e garantia da Companhia, que está ressegurada com o ressegurador local Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. (AGCS) por meio de contratos automáticos de quota parte e excesso de danos. O *run off* de negócios emitidos com início de vigência anterior a 30 de junho de 2013 está sob cobertura do IRB Brasil Re S.A.. Os contratos vigentes para os ramos de crédito com a AGCS, definem cessão de 50% para negócios gerados localmente (75% para ano de subscrição 2018 e anteriores) e 95% para negócios globais. O contrato automático de excesso de danos visa proteger a exposição da carteira contra eventuais sinistros vultuosos, garantindo a cobertura quando a participação proporcional da Companhia sobre uma perda exceder o seu limite de retenção. Os riscos vigentes das apólices do ramo garantia estão ressegurados 60% com o ressegurador eventual Euler Hermes North America Insurance Company e 40% com o ressegurador local AGCS na modalidade quota parte. Os riscos cedidos do ramo garantia podem variar de 90% a 100%, de acordo com faixa do montante de exposição de cada tomador do seguro. Os dados históricos de relacionamento com os resseguradores citados não apresentam estatística de inadimplência efetiva ao longo da vigência dos contratos.

A seguir está apresentado um resumo das operações de resseguro realizadas no exercício de 2023:

Contratos de resseguros e discriminação do ressegurador: Contratos proporcionais - Quota parte

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria (rating)
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M. Best "A+"
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M. Best "A+"
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Garantia	A. M. Best "A+"
Euler Hermes North America Insurance Company	Eventual	Garantia	S&P "AA"

Contratos não proporcionais - Excesso de danos - Valores em reais mil

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria (rating)	Prioridade	Limite máximo
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M. Best "A+"	R\$ 2.004	R\$ 705.276
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M. Best "A+"	R\$ 2.004	R\$ 705.276

• Concentração de riscos: O risco do seguro de crédito, analisado de maneira pura e conceitual, está localizado na carteira de clientes da empresa que compra produtos ou serviços de uma empresa detentora de apólice de seguro de crédito (segurado). Dessa forma, a carteira de clientes de cada segurado é nomeada pela Companhia e pode conter características específicas quando analisadas sob a ótica de concentração, sendo que, na perspectiva de risco, para os ramos de crédito doméstico e à exportação, o setor de atuação e o país dos compradores são os mais relevantes, respectivamente. Da mesma maneira, o crédito estabelecido para um determinado comprador pode ser dinâmico, sendo ampliado ou reduzido a qualquer momento à medida que o monitoramento desse risco aponte uma tendência de aumento ou degradação da qualidade financeira-econômica desse comprador e respectivas carteiras de clientes. Para obter uma estimativa da concentração do risco inerente às apólices em curso, apresenta-se a seguir a exposição total dos limites de crédito ativos na data base do encerramento das demonstrações financeiras, segregados (i) pelos principais setores de atuação dos compradores, segundo critérios de classificação do Grupo Euler Hermes, para o ramo de crédito doméstico e (ii) por países, para o ramo de crédito à exportação.

Exposição dos limites de crédito em 31 de dezembro de 2023 e 2022: Crédito doméstico

Setor	31/12/2023		31/12/2022	
	Exposição	Representatividade	Exposição	Representatividade
Varejo	11.007	20%	11.387	22%
Alimentos	7.668	14%	6.178	12%
Metal	6.204	11%	5.733	11%
Químico	5.196	9%	4.087	8%
Serviços	5.045	10%	5.122	10%
Construção	3.331	6%	2.941	6%
Máquina e Equipamentos	2.755	5%	2.478	5%
Energia	2.321	4%	1.624	3%
Automotivo	1.695	3%	1.841	4%
Comodities	1.368	3%	1.441	3%
Outros	7.773	15%	7.923	16%
	54.363	100%	50.755	100%

Exposição dos limites de crédito em 31 de dezembro de 2023 e 2022: Crédito à exportação

País	31/12/2023		31/12/2022	
	Exposição	Representatividade	Exposição	Representatividade
USA	2.338	23%	1.452	17%
Colômbia	1.695	17%	1.802	21%
Argentina	1.280	13%	1.237	15%
Chile	796	8%	828	10%
Panamá	511	5%	454	5%
China	381	4%	227	3%
Hong Kong	323	3%	-	0%
México	321	3%	303	4%
Alemanha	268	3%	254	3%
Cingapura	242	2%	207	2%
Suíça	-	0%	130	2%
Outros	2.007	19%	1.558	18%
	10.162	100%	8.452	100%

(*) Os valores elencados como "Outros", embora sejam representativos quando comparados ao montante total em exposição, possuem alto grau de pulverização e, assim, se analisados individualmente, não representam mais do que 3% do total do risco subscrito.

Além disso, de acordo com as características do produto, ainda restam exposições de riscos com características discricionárias subscritas nas apólices, que podem ser alocadas pelos segurados de acordo com sua conveniência e necessidade operacional, desde que observados os limites determinados nos contratos de seguro e a política de subscrição de risco da Companhia. Para essa parcela, inviabiliza-se qualquer monitoramento com vistas à concentração de riscos tratadas anteriormente. O risco do seguro garantia está localizado no tomador da apólice, ou seja, naquele que contrata cobertura sobre um risco de incapacidade financeira de realizar determinado contrato de serviço ou obrigação decorrente de uma demanda judicial. Para fins de concentração de risco, a Companhia busca alocar sua exposição em *ratings* de alta qualidade, segundo métricas internas de avaliação de riscos. Na data base do encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia possui R\$ 13,8 bilhões (R\$ 10,8 bilhões em 2022) em exposição ativa, sendo 58% alocada em *ratings* classificados como bom ou ótimo (62% em 2022) e 42% em *ratings* classificados como medianos (38% em 2022). Toda a exposição demonstrada para os ramos de crédito, inclusive a exposição de riscos com característica discricionária, está ressegurada pelo ressegurador local AGCS Resseguros Brasil S.A. no regime de participação proporcional e excesso de danos. A totalidade da exposição do ramo de seguro Garantia está ressegurada 60% com o ressegurador eventual Euler Hermes North America Insurance Company e 40% com o ressegurador local Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. na modalidade quota parte. A Administração entende que a concentração de riscos nestes resseguradores é mitigada por tratar-se de contraparte com alta qualidade e solidez, rating de crédito A.M. Best "A+" e S&P "AA", e pela entidade receber supervisão direta do órgão regulador do setor. **b) Risco de crédito:** Refere-se ao risco da contraparte de uma operação financeira desejam não honrar ou sofrer alterações significativas em sua situação patrimonial-financeira que afete a capacidade de cumprir suas obrigações contratuais, podendo gerar algum tipo de perda à Companhia. Na operação de seguro, a exposição ao risco de crédito está atrelada à capacidade de pagamento dos prêmios de seguros por parte dos segurados. Como a Companhia opera somente em ramo de seguro cuja característica é de risco a decorrer, a exposição ao risco de crédito é sensivelmente reduzida, já que a cobertura é fornecida somente mediante pagamento do prêmio de seguro correspondente. Além disso, no processo de subscrição comercial, o proponente é avaliado por meio de pesquisas cadastrais. Devido aos riscos significativos subscritos nas apólices, a Companhia mantém contratos de resseguros que também estão expostos ao risco de crédito. Atualmente, por questões estratégicas, esses contratos são firmados com um único ressegurador local e com um único ressegurador eventual que fazem parte do Grupo Allianz, ressaltando-se que ainda restam exposições vigentes (Sinistros a liquidar) relativos ao *run-off* de contratos assinados anteriormente com outro ressegurador local. Para gerenciamento dos riscos inerentes a operação, leva-se em conta a qualidade de crédito da contraparte, o *rating* atribuído por agências classificadoras de risco e o histórico de perdas no relacionamento. Ainda em relação ao risco de crédito, a Companhia segue política conservadora de investimentos, buscando alocar seus recursos em ativos de alta qualidade. A totalidade dos investimentos está alocada em títulos da dívida pública federal, cujo risco de crédito tende a zero, ou fundos de investimentos DI, administrados por bancos de primeira linha, onde a composição da carteira atinge aproximadamente 95% em títulos da dívida federal. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, segregada por classe, na data base do levantamento das demonstrações financeiras:

	A.M. Best "A+"	A.M. Best "A"	S&P "BB-"	Sem rating	Saldos em 31/12/2023
Composição da carteira:					
Caixa e bancos	-	-	-	-	13.491
Títulos públicos (*)	-	-	-	-	79.519
Fundos de investimentos	-	-	-	-	97.697
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	239.622	239.622
Crédito com seguradoras	-	-	-	2.380	2.380
Ativos de resseguros - provisões técnicas (sinistros pendentes e a recuperar, IBNR e PDR) + Operações com resseguradoras	261.000	10.879	-	-	271.879
Exposição máxima ao risco de crédito	261.000	10.879	190.707	242.002	704.588

(*) *Risco soberano do Tesouro Nacional*

	A.M. Best "A+"	A.M. Best "A"	S&P "BB-"	Sem rating	Saldos em 31/12/2022
Composição da carteira:					
Caixa e bancos	-	-	-	-	19.018
Títulos públicos (*)	-	-	-	-	70.546
Fundos de investimentos	-	-	-	-	24.334
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	162.287	162.287
Crédito com seguradoras	-	-	-	1.148	1.148
Ativos de resseguros - provisões técnicas (sinistros pendentes e a recuperar, IBNR e PDR) + Operações com resseguradoras	148.854	14.955	-	-	163.809
Exposição máxima ao risco de crédito	148.854	14.955	113.898	163.435	441.142

(*) *Risco soberano do Tesouro Nacional*

• Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. **• Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, e atualizações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). **c) Risco de mercado:** Associado à possibilidade de perda por oscilações de preços e taxas, em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. As atividades da Companhia são estritamente de curto prazo, em que o passivo está atrelado à variações dos índices de inflação. Os investimentos são atrelados, substancialmente, à variação do depósito interfinanceiro (DI), e portanto, a operação não requer modelos sofisticados de gestão de risco de mercado. **Teste de sensibilidade:** O teste aplicado visa capturar efeitos nos investimentos da Companhia, considerando cenários de flutuações na taxa de juros de mercado. A seguir, apresentam-se os impactos, líquidos de impostos, no resultado e no patrimônio líquido, fruto do resultado de estresse de juros de carteira de aplicações de investimentos na ordem de 1 ou 5 pontos percentuais de acréscimo ou diminuição, com impacto positivo no resultado, na data base 31 de dezembro de 2023:

	1pp	5pp
Impacto	929	4.645

d) Risco de liquidez: Compreende o descasamento de fluxos financeiros ativos e passivos, bem como a capacidade financeira do Grupo em adquirir ativos para garantia de suas obrigações. O gerenciamento desse risco é realizado pelo monitoramento dos prazos e exposição dos passivos operacionais. Além disso, a Companhia busca assegurar, o grau de liquidez e retorno dos investimentos, para que os ativos estejam disponíveis e façam frente ao fluxo de caixa requerido pelos passivos. No horizonte de curto prazo, a Companhia não apresenta descasamento entre seus fluxos de caixa ativos e passivos para garantir a liquidação tempestiva de suas obrigações. Para o propósito de análise da capacidade da Companhia honrar seus fluxos de caixa passivos, embora os títulos que compõem suas carteiras de investimentos possuam datas de vencimentos superiores a um ano, a totalidade das aplicações financeiras possuem liquidez imediata. **e) Risco operacional:** Possibilidade de perdas resultantes de falhas, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de processos externos, deficiência em contratos, descumprimento de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos à terceiros. Esse risco é gerenciado pela Companhia por meio de políticas, normas e procedimentos, formalmente emitidos e divulgados aos seus associados, que levam em consideração a determinação de práticas esperadas pelo Grupo na condução dos negócios. Além disso, a Companhia utiliza-se da estrutura da Diretoria de Controles Internos, Riscos e *Compliance* e auditoria interna para avaliar seus processos de controle e sistêmico, visando mitigar riscos de falhas em seu ambiente de negócios. Os procedimentos elencados acima são constantemente monitorados e revisados.

5. APLICAÇÕES**a) Composição das aplicações financeiras**

Títulos	Taxa de juros contratada	Sem vencimento Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2023		31/12/2022	
					Valor justo / contábil	Custo	Valor justo / contábil	Custo
Valor justo por meio do resultado								
Quotas de fundos de investimentos	Variação do CDI	97.697	-	-	97.697	97.697	24.334	24.334
Total		97.697	-	-	97.697	97.697	24.334	24.334
Valor justo por meio de resultado abrangente								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	-	18.536	60.621	-	79.157	79.519	70.220
Total		-	18.536	60.621	-	79.157	79.519	70.220
Total Geral		97.697	18.536</					

continuação

A seguir apresenta-se a movimentação dos títulos e valores mobiliários:

b) Movimentação das aplicações financeiras

Títulos	Saldos em					Saldos em
	31/12/2022	Aplicação	Resgate	Rendimentos	Ajuste TVM	
Quotas de fundos de investimentos	24.334	203.268	(138.767)	8.862	-	97.697
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	70.546	27.591	(27.763)	9.108	37	79.519
Total	94.880	230.859	(166.530)	17.971	36	177.216

Títulos	Saldos em					Saldos em
	31/12/2021	Aplicação	Resgate	Rendimentos	Ajuste TVM	
Quotas de fundo de investimentos	5.672	28.451	(11.051)	1.262	-	24.334
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	68.275	-	(5.770)	7.832	209	70.546
Total	73.947	28.451	(16.821)	9.094	209	94.880

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	116.465	50.324	116.465	50.324
Total	177.216	94.880	177.216	94.880

Os investimentos em quotas de fundos são compostos por fundos abertos cujo objetivo é proporcionar uma rentabilidade próxima a variação do depósito interfinanceiro (DI), sendo a carteira formada substancialmente por títulos públicos e administrada pelo Banco Bradesco S.A.

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a) Prêmios a receber: A vigência média das apólices do ramo de seguro de crédito é de 16 meses (13 meses em de 2022) e os prêmios possuem um período médio de parcelamento de 5 meses (5 meses em 2022). As apólices de seguro garantia possuem uma vigência média de 56 meses (42 meses 2022) e os prêmios, em média, são parcelados em 9 meses (9 meses em 31 dezembro de 2022). Os custos de aquisição referem-se às despesas com comissões de corretagem e são diferidos pelo prazo de vigência das apólices, incluindo variação cambial para operações realizadas em moeda estrangeira, bem como parcela para riscos vigentes e não emitidos. O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 16 meses (13 meses em de 2022) para os ramos de seguro de crédito e 56 (42 meses 2022) para o ramo de seguro garantia. A seguir demonstra-se o detalhamento dos saldos de prêmios a receber, considerando os prazos de vencimento, bem como as movimentações de prêmios e custos de aquisição ocorridos no período.

i) Prêmios a receber por prazo de vencimento

	31/12/2023			31/12/2022		
	Vincendos	Vencidos	Total	Vincendos	Vencidos	Total
De 1 a 30 dias	25.299	3.850	29.149	14.666	1.074	15.740
De 31 a 60 dias	19.160	2.462	21.622	17.435	1.353	18.788
De 61 a 120 dias	23.946	2.797	26.743	9.068	1.064	10.132
De 121 a 180 dias	19.836	544	20.380	15.017	148	15.165
De 181 a 365 dias	29.198	1.514	30.712	14.418	184	14.603
Acima de 365 dias	32.041	963	33.004	25.900	117	26.017
Subtotal	149.480	12.130	161.610	96.504	3.940	100.445
Riscos vigentes não emitidos	80.800	-	80.800	62.516	-	62.516
Redução ao valor recuperável	-	(2.788)	(2.788)	-	(674)	(674)
Total	230.640	9.342	239.622	159.020	3.266	162.287

Prêmios a receber

Circulante	207.478	136.387
Não circulante	32.144	25.900
Total	239.622	162.287

ii) Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2023				31/12/2022			
	Crédito doméstico	Crédito à exportação	Crédito Garantia	Total	Crédito doméstico	Crédito à exportação	Crédito Garantia	Total
Prêmios pendentes no início do período	96.367	18.344	47.576	162.287	87.185	19.359	28.067	134.611
Prêmios emitidos	230.100	29.499	41.833	301.432	146.016	21.737	43.010	210.763
Prêmios emitidos / cosseguros aceitos	-	-	9.218	9.218	-	-	3.810	3.810
Prêmios riscos vigentes não emitidos	70.923	9.661	215	80.799	15.207	1.569	(14.284)	2.492
Cancelamentos	-	-	(686)	(686)	(334)	(2.514)	(4.471)	(4.471)
Restituição	(9.796)	(4.387)	(1.589)	(15.772)	(7.798)	(2.062)	(1.823)	(11.683)
IOF sobre prêmios	6.291	-	6.291	12.582	-	-	-	12.582
Recebimentos	(221.433)	(31.881)	(47.528)	(300.842)	(147.273)	(22.385)	(4.951)	(174.609)
Recebimentos - cosseguros aceitos	-	-	-	-	-	-	(3.739)	(3.739)
Redução ao valor recuperável	(2.271)	(351)	(166)	(2.788)	677	-	-	677
Variação cambial sobre prêmios a receber	-	(317)	-	(317)	-	460	-	460
Prêmios pendentes no final do período	170.181	20.568	48.873	239.622	96.367	18.344	47.576	162.287

7. OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E ATIVOS DE RESSEGURO

	31/12/2023				31/12/2022			
	Crédito doméstico	Crédito à exportação	Crédito Garantia	Total	Crédito doméstico	Crédito à exportação	Crédito Garantia	Total
Ativos de resseguro - provisões técnicas	188.821	14.630	57.549	261.000	90.287	12.061	46.506	148.854
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE (a)	56.628	7.137	52.752	116.517	30.294	5.528	42.615	78.437
Provisão de sinistros a liquidar - PSL + IBNER	107.076	4.922	2.525	114.523	42.563	3.225	2.036	47.824
Provisão de sinistro/s ocorridos mas não avisados -IBNR	25.103	2.570	2.159	29.832	17.376	3.302	1.751	22.429
Provisão de despesas relacionadas -PDR	14	1	113	128	54	6	104	164
Operações com resseguradoras	10.811	68	-	10.879	14.931	24	-	14.955
Sinistros indenizados a recuperar	10.830	68	-	10.898	14.950	24	-	14.974
Constituição da redução ao valor recuperável	(19)	-	-	(19)	(19)	-	-	(19)
Total	199.632	14.698	57.549	271.879	105.218	12.085	46.506	163.809

(a) Líquida de comissões

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	220.968	108.136
Não circulante	50.911	55.673
Total	271.879	163.809

8. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	31/12/2023				31/12/2022			
	Crédito doméstico	Crédito à exportação	Crédito Garantia	Total	Crédito doméstico	Crédito à exportação	Crédito Garantia	Total
Saldo no início do exercício	8.199	1.933	12.293	22.425	8.254	1.904	9.098	19.256
Constituições	35.451	4.818	118.325	158.594	13.601	3.097	32.858	49.556
Reversões	(26.858)	(4.355)	(112.807)	(144.020)	(13.656)	(3.068)	(29.663)	(46.387)
Saldo no final do exercício	16.792	2.396	17.811	36.999	8.199	1.933	12.293	22.425

	2023	2022
Custo de aquisição diferidos	2023	2022
Circulante	18.362	10.855
Não circulante	18.637	11.570
Total	36.999	22.425

9. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a.1) Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldos residuais em 31/12/2023	Saldos residuais em 31/12/2022
Móveis e utensílios	10%	277	(248)	29	34
Benefetorias em imóveis	20%	946	(930)	16	114
Total		2.664	(2.209)	455	276

a.2) Composição do ativo intangível

Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldos residuais em 31/12/2023	Saldos residuais em 31/12/2022
Total		826	(613)	213	256

b.1) Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Saldos Residuais em 31/12/2022	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldos Residuais em 31/12/2023
Móveis e utensílios	34	-	-	(5)	29
Benefetorias em imóveis	114	-	-	(98)	16
Total	276	415	-	(236)	455

Descrição	Saldos Residuais em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldos Residuais em 31/12/2022
Móveis e utensílios	27	12	(52)	46	34
Benefetorias em imóveis	212	-	-	(98)	114
Total	343	111	(52)	(126)	276

b.2) Movimentação do ativo intangível

Descrição	Saldos Residuais em 31/12/2022	Aquisições	Baixas	Amortizações	Saldos Residuais em 31/12/2023
Total	256	11	-	(54)	213

Descrição	Saldos Residuais em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Amortizações	Saldos Residuais em 31/12/2022
Total	-	273	-	(18)	256

10 DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS

a) Passivos de resseguro

	31/12/2023				31/12/2022			
	Crédito doméstico	Crédito à exportação	Crédito Garantia	Total	Crédito doméstico	Crédito à exportação	Crédito Garantia	Total
Prêmios de resseguro emitidos	81.419	8.896	23.959	114.274	54.081	7.565	18.127	79.773
Prêmios de resseguro à liquidar	85.466	2.871	21.588	109.925	38.097	5.569	16.908	60.574
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	166.885	11.767	45.547	224.199	92.178	13.134	35.035	140.347

*líquidos de comissões

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	218.919	123.221
Não circulante	5.280	17.126
Total	224.199	140.347

b) Corretores de seguros

Os saldos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Crédito doméstico	Crédito à exportação	Crédito Garantia	Total	Crédito doméstico	Crédito à exportação	Crédito Garantia	Total
Comissões emitidas (a pagar)	14.694	1.269	8.150	24.113	6.713	1.006	5.826	13.545
Comissões emitidas cosseguro	-	-	2.670	2.670	-	-	891	891
Comissões - RVNE	8.866	1.207	27	10.100	5.575	999	-	6.574
Redução ao valor recuperável	(172)	(29)	(18)	(219)	(49)	(17)	(1)	(67)
Total	23.388	2.447	10.829	36.664	12.239	1.988	6.716	20.943

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	32.057	16.209
Não circulante	4.607	4.734
Total	36.664	20.943

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	31/12/2023			31/12/2022		
	Prêmio	Outros	Total	Prêmio	Outros	Total
De 1 a 30 dias	9	107	116	154	55	209
De 31 a 60 dias	-	3	3	-	10	10
De 61 a 120 dias	-	-	-	-	-	-
De 121 a 180 dias	(4)	44	40	(2)	-	(2)
De 181 a 365 dias	(4)	30	26	-	56	56
Acima 365 dias	-	-	-	-		

continuação

Líquidos de resseguro:	Anterior											Total	
	a 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		2023
No ano do aviso	9.013	196	1.448	1.447	1.892	1.505	1.118	5.621	3.857	3.816	16.882	35.698	82.494
Um ano após o aviso	9.946	1.804	4.276	5.585	3.460	3.116	2.739	10.161	6.671	7.541	26.721	-	82.021
Dois anos após o aviso	10.091	1.901	4.857	6.203	3.558	3.140	2.739	10.232	6.803	7.664	-	-	57.187
Três anos após o aviso	10.091	1.910	4.860	6.207	3.951	3.140	2.739	10.232	7.745	-	-	-	50.874
Quatro anos após o aviso	10.091	1.922	4.860	6.214	3.951	3.140	2.739	10.289	-	-	-	-	43.205
Cinco anos após o aviso	10.091	1.922	4.860	6.215	3.951	3.140	2.923	-	-	-	-	-	33.101
Seis anos após o aviso	10.091	1.922	4.860	6.215	3.951	3.140	-	-	-	-	-	-	30.179
Sete anos após o aviso	10.107	1.922	4.860	6.215	3.951	-	-	-	-	-	-	-	27.056
Oito anos após o aviso	10.111	1.922	4.860	6.215	-	-	-	-	-	-	-	-	23.109
Nove anos após o aviso	10.111	1.922	4.860	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.894
Dez anos após o aviso	10.111	1.922	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.034
Onze anos ou mais após o aviso	10.223	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.223
Posição em 31/12/2023	10.223	1.922	4.860	6.215	3.951	3.140	2.923	10.289	7.745	7.664	26.721	35.698	85.653

Pagamentos acumulados	Anterior											Total	
	a 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		2023
No ano do aviso	(9.063)	(195)	(1.448)	(1.447)	(1.892)	(1.505)	(1.116)	(5.548)	(3.847)	(3.746)	(16.589)	(16.865)	(63.262)
Um ano após o aviso	(933)	(1.608)	(2.828)	(4.137)	(1.568)	(1.611)	(1.621)	(4.534)	(2.800)	(3.721)	(9.838)	-	(35.199)
Dois anos após o aviso	(144)	(97)	(581)	(618)	(98)	(23)	-	(61)	(129)	(123)	-	-	(1.874)
Três anos após o aviso	-	-	(3)	(4)	(393)	-	-	-	(18)	-	-	-	(418)
Quatro anos após o aviso	-	(13)	-	(6)	-	-	-	(57)	-	-	-	-	(76)
Cinco anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17)
Oito anos após o aviso	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Nove anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos ou mais após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023	(10.162)	(1.913)	(4.860)	(6.214)	(3.951)	(3.140)	(2.737)	(10.199)	(6.793)	(7.589)	(26.427)	(16.865)	(100.849)

Total PSL em 31/12/2023 (*) **61** **9** **-** **1** **-** **-** **185** **90** **952** **75** **294** **18.834** **20.502**

A Companhia possui prazo definido no contrato de seguro para realizar cobranças dos créditos inadimplentes de seus segurados junto aos respectivos devedores, antes que as indenizações sejam processadas. Essas ações iniciam-se imediatamente após o recebimento dos avisos de sinistros e, a medida que se concretizam, geram reduções ao longo dos anos nos valores das estimativas dos sinistros observadas acima. **d) Garantia da provisões técnicas - Cobertura das provisões técnicas**

Provisões técnicas - Seguros (Nota 12b)	31/12/2023	31/12/2022
Exclusões:		
Ativos de resseguros redutores:		
PPNG (*)	(29.146)	(31.425)
Provisão de sinistros a liquidar / IBNER	(114.524)	(47.824)
IBNR	(29.831)	(22.429)
PDR	(127)	(163)
Direito Creditório	(107.155)	(71.541)
Total	(280.783)	(173.382)
Total a ser coberto	120.870	65.067
Ativos garantidores:		
Renda fixa - títulos públicos	79.519	70.546
Quotas de fundos de investimentos	84.523	24.334
Total	164.042	94.880
Suficiência de cobertura	43.172	29.813
20% sobre Capital de Risco (Nota 15e)	(6.105)	(4.152)
Suficiência	37.067	25.661

(*) Considera os ativos redutores referente a parcela de prêmios de resseguro diferidos, líquidos de montantes pendentes de pagamento à contraparte, vencidos e a vencer.

e) Teste de adequação de passivos (TAP): O TAP foi realizado para os segmentos de risco de crédito interno, crédito à exportação e garantia, que representam a totalidade da carteira da Companhia, e o seu cálculo foi efetuado bruto de resseguro. O programa de resseguro da Companhia para os ramos de crédito prevê, substancialmente, cessão de 50% para negócios gerados localmente e 95% para programas globais, emitidos na modalidade de quota-parte, e cobertura adicional para riscos severos, na modalidade excesso de danos. O resseguro para o ramo garantia prevê cessões entre 90% e 100% do risco, conforme volume de exposição. No que tange às premissas econômicas utilizadas no cálculo do TAP, os fluxos de sinistros futuros foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré livre de risco definida pela SUSEP (ETTJ). A sinistralidade projetada foi de 38,38% para os ramos de crédito (38,34% em 2022) e 12,24% para o ramo de garantia (11,39% em 2022). Para refletir as despesas alocadas a sinistros, foi considerado o percentual de 0,01% (0,08% em 2022) para os ramos de crédito e 5,22% (0,08% em 2022) para os ramos de garantia multiplicado pelo montante de sinistros projetados. Na data base de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o teste realizado não apresentou necessidade de registro adicional nas provisões técnicas.

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu e realizou a mensuração inicial de seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no exercício corrente, aplicando as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 06 (R2). A Companhia identificou apenas um contrato enquadrado como arrendamento, referente ao direito de uso do ativo utilizado para as instalações de seu escritório. O prazo remanescente do contrato é de três anos e a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário utilizada na data da adoção foi de 0,050% a.d., com base na sondagem junto a instituições financeiras para obtenção da taxa de captação de fundos para aquisição de ativo similar ao presente no contrato de arrendamento. **a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos: A variação é explicada pela renegociação do contrato por mais 3 anos.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não circulante	1.728	511
Outros valores e bens (imóveis de direito de uso)	1.728	511
Passivos de arrendamento	1.709	511
Circulante	373	301
Não circulante	1.336	210

b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	31/12/2023	31/12/2021
Demonstração do resultado	532	558
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	453	494
Despesas com juros	79	64

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos tributários e impostos diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízos fiscais - IRPJ e CSLL	462	462
IRPJ e CSLL a compensar	339	339
Crédito de PIS e COFINS	54	54
Outros	14	14
IRPJ e CSLL - valor de mercado	28	4
Redução ao valor recuperável	(462)	(462)
	435	411

b) Impostos e Contribuições

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de IRPJ	5.258	1.651
(-)Antecipações de IRPJ	(5.258)	(1.631)
Provisão de CSLL	3.172	1.005
(-)Antecipações de CSLL	(3.172)	(989)
Total antecipações	-	36
PIS	85	67
COFINS	520	409
Total PIS/COFINS	605	476
Total geral	605	512

c) Conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos e participações sobre o resultado	18.087	11.012
Participação nos lucros	(1.299)	(1.247)
Lucro antes das adições e exclusões	16.788	9.765
Adições/(exclusões) temporárias:		
Provisão para bônus e participações	421	198
Provisão para licença e manutenção de softwares	570	71
Redução ao valor recuperável	770	(181)
Variação cambial	410	(493)
Outros	122	25
	2.293	(380)
Adições permanentes:		
Despesas com bônus e participações	760	159
Entidades de classe, donativos e brindes	155	170
	915	329
Base de cálculo	19.996	9.714
Compensação de prejuízos fiscais	-	(3.319)
Base de cálculo após compensação de prejuízos fiscais	19.996	6.395
Imposto de renda	(3.000)	(1.005)
Imposto de renda - sobre excedente de R\$ 240	(1.975)	(646)
Contribuição social	(3.000)	(1.005)
Taxa efetiva	40%	42%

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social é de R\$ 58.445 (R\$ 58.445 em 2022), representado por 126.872.645 (126.872.645 em 2022) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. **(b) Reserva legal:** Conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital que, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **(c) Reserva de lucros a realizar:** Conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/1976, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. **(d) Dividendos:** São calculados na proporção de 25% do lucro líquido do exercício social, deduzido da reserva legal, conforme determina o estatuto social da Companhia, observando o disposto nos artigos 189 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.638/2007. Os dividendos são refletidos nas demonstrações financeiras quando pagos ou quando sua distribuição é deliberada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Os lucros auferidos nos exercícios de 2023 e 2022 foram utilizados para redução dos prejuízos acumulados da Companhia, conforme demonstrado nas Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). **(e) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR):** A Resolução CNSP nº 432/2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido (+/-)	55.216	47.499
1. Ajustes contábeis:		
Despesas antecipadas (-)	(38)	(40)
Intangível (-)	(213)	(256)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	54.965	47.203
2. Ajustes econômicos:		
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	14.760	15.000
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2	14.760	15.000
3. Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3:	-	(4.618)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	-	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Total	69.725	57.585
3. Capital Mínimo Requerido		
Capital base - CB (I)	15.000	15.000
Capital de risco - CR (II)	30.526	20.764
Capital de risco de subscrição	18.978	14.719
Capital de risco de crédito	13.599	4.820
Capital de risco operacional	1.752	1.618
Capital de risco de mercado	1.396	4.037
Correlação entre os riscos	(5.201)	(4.430)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	30.526	20.764
Suficiência de capital (PLA - CMR)	39.199	36.821

A Resolução acima dispõe ainda que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%.

Abaixo o demonstrativo do cálculo e a liquidez apurada:

	31/12/2023	31/12/2022
(a)Capital de Risco	30.526	20.764
Índice de liquidez requerido 20% sobre Capital de Risco	6.105	4.153
(b)Excesso de Ativos Líquidos - Nota explicativa 12(d)	43.172	29.813
Índice de liquidez no exercício (b/a)	41%	44%

16. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023, houve um crescimento nos prêmios ganhos de 21% em relação a 31 de dezembro de 2022. O índice de sinistralidade, que considera os sinistros ocorridos sobre os prêmios ganhos ficou em 94% (22%, em 2022). Essa variação é explicada pelo aumento nos sinistros avisados em 2023. Já o índice de comercialização, que considera os custos de aquisição sobre os prêmios ganhos ficou em 12% e manteve o mesmo patamar de 2022, mesmo com o aumento da produção.

	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos		Custo de Aquisição	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	% 31/12/2022	31/12/2023	% 31/12/2022
Crédito doméstico	189.832	151.802	225.254	119%	97.253	64%
Crédito à exportação	22.711	20.911	636	3%	2.407	11%
Garantia	26.208	23.605	(1.606)	-6%	3.563	15%
Total	238.751	196.318	224.284	94%	103.223	52%
					28.660	12%
					24.281	12%

17. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	31/12/2023	31/12/2022
a) Prêmios emitidos líquidos	309.739	208.547
Prêmios emitidos	301.432	210.763
Prêmios cancelados	(1.276)	(4.471)
Prêmios restituídos	(15.772)	(11.682)
Prêmios de cosseguros aceitos	9.218	3.809
Prêmios de cosseguros cedidos a congeneres	(6.643)	(4.594)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	22.780	14.722
b) Variação das provisões técnicas	(70.988)	(12.229)
Provisão de prêmios não ganhos	(52.170)	(9.812)
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	(18.818)	(2.4

continuação

Diretor-Presidente	DIRETORES	RESPONSÁVEIS TÉCNICOS
Marcel Santos Farbelow	Alexandre Coli Felipe Tanus Miguel José	Luciano Antonio Mendonça Tatiana Pinheiro
		Katia Gonçalves Othero Contadora - CRC SP-193598/O-6
		André Correia Atuário - MIBA 1141

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Sr. Diretor Presidente e Srs. Acionistas, O Comitê de Auditoria ("Comitê") da **Euler Hermes Seguros S.A.** ("Companhia"), instituído nos termos do art. 126 da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, funciona em conformidade com o estatuto social da Companhia, e com o seu regimento interno aprovado pela Administração da Companhia.

Compete ao Comitê apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores contábeis independentes e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de *compliance*. A auditoria contábil independente, a cargo da *PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes*, é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como às

normas internacionais. A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e aos procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia.

O Comitê atua, principalmente, por meio da realização de reuniões periódicas, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores contábeis independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê mantém reuniões com gestores das áreas de contabilidade e finanças, controles internos e *compliance*, gestão de riscos, com os auditores contábeis independentes, e com os auditores internos, dentre outras.

O Comitê estabeleceu com os auditores contábeis independentes um canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho, dos trabalhos realizados e dos seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores contábeis independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores contábeis independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões com o Diretor Presidente, e outros membros da diretoria da Companhia e, nessas reuniões, teve a oportunidade de conhecer os principais fluxos operacionais, revisões de *compliance* e de gestão de riscos, dedicando especial atenção, neste exercício, à análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para aderência ao marco regulatório da SUSEP.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita, o Comitê considera que as demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pela Administração da Companhia.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva
João Antônio Chiappa
Luiz Pereira de Souza

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Euler Hermes Seguros S.A.

São Paulo - SP

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos

de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Euler Hermes Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Euler Hermes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das Provisões Técnicas de seguros (Notas 3(h) e 12) A Seguradora possui registrados passivos relacionados a contratos de seguros, dos ramos de crédito e garantia, denominados Provisões Técnicas, com destaque para a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), que inclui a Provisão de Prêmios Não Ganhos dos riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR), bem como efetua testes para avaliar a suficiência desses passivos, através do Teste de Adequação de Passivos (TAP). O processo de determinação das metodologias utilizadas no cálculo das provisões técnicas, bem como a mensuração dessas provisões e do TAP, envolve julgamento, além do envolvimento de atuários na determinação dessas metodologias e premissas, que incluem, entre outras, construção de triângulos de desenvolvimento dos prêmios emitidos e sinistros incorridos e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas consideradas na mensuração dessas provisões e do TAP poderiam causar nas demonstrações financeiras, mantemos essa uma área de foco em nossa auditoria.	Realizamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, efetuamos avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração dessas provisões técnicas e do TAP, tais como os fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e taxa de desconto. Nossos procedimentos incluíram também o recálculo e a confirmação de que as metodologias foram corretamente implementadas, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG-RVNE, IBNR e IBNeR. Adicionalmente, efetuamos testes de reconciliação das bases de dados dos prêmios emitidos e sinistros avisados, utilizadas no cálculo das provisões técnicas, com os respectivos saldos contábeis, bem como efetuamos testes de consistência históricos. Ainda, quanto às bases de dados citadas anteriormente, efetuamos testes amostrais, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas adotadas pela Administração para a mensuração das provisões técnicas são apropriadas e consistentes com a divulgação em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2023, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Anexo

Demonstrativos do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

1. Demonstrativo dos limites de retenção

0748, 0749, 0775, 0776, 0819, 0860

31/12/2023

31/12/2022

2.360

2.084

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

Deloitte

DELOITTE TOUCHÉ TOHMATSU

Consultores Ltda.

CNPJ: 02.189.924/0001-03

CIBA 45

Felipe Fieri Amado

MIBA 2.385

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

pwc

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas

Contador CRC 1SP235228/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>